

Ref. : 1180/25

**CARTA CONVITE MCTI/FINEP/FNDCT
– INFRAESTRUTURA DE PESQUISA – PROINFRA 2025 UNIDADES DE PESQUISA
MCTI**

CONVÊNIO PARA PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

FINANCIADORA DE ESTUDOS E
PROJETOS – FINEP INSTRUMENTO
CONTRATUAL CÓDIGO N.º

01.25.0732.00

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – Finep, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com sede em Brasília, Distrito Federal e escritório na Cidade do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo nº 200 - Parte, Flamengo, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.749.086/0001-09, por seus representantes legais ao final qualificados, atuando como Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, inscrito no CNPJ sob nº 08.804.832/0001-72, doravante denominada **CONCEDENTE**,

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE, Associação Privada, com sede em Setor Comercial Sul, Quadra 9, Torre C, 4º andar, Edifício Parque Cidade Corporate, Brasília, DF, CEP: 70.308-200, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º 04.724.690/0001-82, por seus representantes legais ao final qualificados, doravante denominado(a) **CONVENENTE/EXECUTOR**,

têm justo e acordado o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
OBJETO**

1. Este Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros, pela **CONCEDENTE** à **CONVENENTE**, para a execução do Projeto intitulado “Infraestrutura para Inteligência Estratégica em CT&I”, Ref. Finep nº 1180/25, doravante denominado “Projeto”, descrito no Plano de Trabalho anexo a este Convênio, conforme aprovação contida na Decisão da Diretoria Executiva da **CONCEDENTE** nº 288/2025, de 23/09/2025.



Ref. : 1180/25

CLÁUSULA SEGUNDA RECURSOS

1. Por este instrumento, a CONCEDENTE transfere a CONVENIENTE os recursos abaixo discriminados:

a) VALOR TOTAL de até R\$ 14.693.059,05 (quatorze milhões, seiscentos e noventa e três mil e cinquenta e nove reais e cinco centavos) destinados a CONVENIENTE por meio de aporte direto.

1.1. Os recursos financeiros correrão à conta da discriminação orçamentária constante da Nota de Empenho anexa a este instrumento.

1.2. Os recursos financeiros serão oriundos da FONTE Ação Transversal

CLÁUSULA TERCEIRA CONDICIONANTES PARA DESEMBOLSO DOS RECURSOS

1. Para o desembolso da primeira parcela dos recursos, a CONVENIENTE deverá apresentar:

a) Certidão de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, regular e válida;

b) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), expedido pela Caixa Econômica Federal, regular e válido;

c) Licenciamento ambiental e/ou documento regulatório válido e adequado para o desenvolvimento das atividades do Convênio ou declaração de sua desnecessidade pela autoridade competente;

d) Na hipótese de transferência de recursos do Convênio para a execução de obras de infraestrutura que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas em imóveis cuja propriedade pertença à entidade privada sem fins lucrativos responsável pela execução do Projeto, a liberação da parcela ficará condicionada à apresentação da Certidão do Registro Geral de Imóveis da matrícula do bem com inclusão de cláusula de inalienabilidade ou de promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de falência, dissolução ou extinção.

1.1. A CONVENIENTE deverá estar adimplente com a União, seus órgãos e entidades das Administrações Direta e Indireta, condição a ser verificada através de consulta ao CADIN e ao SIAFI.

1.2. A FINEP efetuará as consultas pertinentes ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa (CNAI) do Conselho Nacional de Justiça, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e ao Cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo.

2. As liberações da segunda e das demais parcelas dos recursos, se houver, estarão condicionadas à:

Ref. : 1180/25

- a)** Apresentação do formulário de resultados parciais, respeitada a sistemática prevista na Cláusula Décima Terceira, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência da data prevista para liberação;
- b)** Regularidade da Certidão de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c)** Regularidade do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), expedido pela Caixa Econômica Federal;
- d)** Licenciamento ambiental e/ou documento regulatório válido e adequado para o desenvolvimento das atividades do Convênio ou declaração de sua desnecessidade pela autoridade competente;

2.1. A CONVENIENTE deverá estar adimplente com a União, seus órgãos e entidades das Administrações Direta e Indireta, condição a ser verificada através de consulta ao CADIN e ao SIAFI.

2.2. A FINEP efetuará as consultas pertinentes ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa (CNAI) do Conselho Nacional de Justiça, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e ao Cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo.

3. O uso dos rendimentos das aplicações financeiras auferidas durante o Convênio pela CONVENIENTE estará condicionado à autorização prévia da CONCEDENTE.

4. Sem prejuízo de denúncia ou rescisão do presente Convênio, a CONCEDENTE poderá suspender as liberações dos recursos se houver descumprimento de condição prevista neste instrumento ou na legislação aplicável.

CLÁUSULA QUARTA CONTRAPARTIDA E OUTROS APORTES FINANCEIROS

1. Não é exigida contrapartida ou outros aportes financeiros para execução do presente Convênio.

CLÁUSULA QUINTA PRAZOS

1. O presente Convênio terá vigência de até **36 (trinta e seis) meses**, a contar da data de sua assinatura.

2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, mediante justificativa técnica e desde que a solicitação seja realizada pela CONVENIENTE em até 30 (trinta) dias antes de vencimento do prazo. A ampliação do prazo deverá ser refletida do Plano de Trabalho do Projeto.

2.1. A prorrogação do prazo de vigência será realizada através de carta aditiva, que formará, juntamente com este Convênio, um todo indivisível.

3. O prazo de prestação de contas final é de até 60 (sessenta) dias contados da data do término da vigência, conforme disposto no art. 57 do Decreto nº 9.283/2018.

Ref. : 1180/25

3.1. O prazo de prestação de contas final poderá ser prorrogado, por igual período, a pedido da CONVENIENTE, desde que o requerimento seja feito anteriormente ao vencimento do prazo inicial.

CLÁUSULA SEXTA **OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE**

1. A CONCEDENTE se obriga a:

- a)** Transferir os recursos financeiros, conforme estabelecido no Cronograma de Desembolso contido no Plano de Trabalho, respeitadas as suas disponibilidades orçamentárias e financeiras;
- b)** Transferir os recursos financeiros e realizar a classificação funcional-programática e econômica das despesas relativas a exercícios futuros, por meio de apostilamento de empenhos ou notas de movimentação de crédito;
- c)** Formalizar em documento próprio, contendo o registro dos respectivos empenhos, os recursos financeiros alocados em exercícios futuros, os quais correrão à conta dos orçamentos respectivos. Na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade;
- d)** Prorrogar, de ofício, a vigência do Convênio, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período de tempo correspondente ao atraso verificado;
- e)** Analisar e emitir parecer relativo ao Monitoramento e Avaliação, e à Prestação de Contas Final, e decidir sobre a regularidade ou não do resultado do objeto do Convênio;
- f)** Comunicar a CONVENIENTE e ao Chefe do Poder Executivo (Governador ou Prefeito) do ente beneficiário do Convênio, se for o caso, qualquer situação de irregularidade relativa à prestação de contas do uso dos recursos envolvidos, que motive a suspensão ou impedimento de liberação de novas parcelas, caso não haja regularização no período de até 30 (trinta) dias, contados a partir do evento.

CLÁUSULA SÉTIMA **OBRIGAÇÕES E DECLARAÇÕES DA CONVENIENTE**

1. A CONVENIENTE deverá:

- a)** Cumprir o Plano de Trabalho do Projeto e utilizar os recursos desembolsados pela CONCEDENTE, bem como a contrapartida, os rendimentos das aplicações financeiras, e outros aportes de recursos, se houver, exclusivamente na consecução do objeto do Projeto e para pagamento de despesas previstas no presente instrumento, sendo vedada, em qualquer hipótese, a incorporação de tais recursos financeiros ao patrimônio da CONVENIENTE, os quais não serão caracterizados como receita própria;
- b)** Movimentar os recursos repassados pela CONCEDENTE em conta bancária específica para o convênio, mantida em instituição financeira pública federal, isenta de tarifa bancária, por meio de transferência eletrônica que permita a identificação do beneficiário final;

Ref. : 1180/25

- c)** Manter e movimentar os recursos financeiros da contrapartida e de outros aportes em contas bancárias especificamente criadas para este fim;
 - d)** Aplicar os recursos em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade ou até a data da devolução do saldo remanescente;
 - e)** Designar formalmente o ordenador de despesas responsável pela apresentação das prestações de contas;
 - f)** Apresentar à Finep anualmente, ou sempre que solicitado, formulário de resultado parcial de execução do Projeto;
 - g)** Restituir à conta do instrumento o valor referente à despesa glosada, atualizado pelo índice da aplicação financeira aplicável ao instrumento, desde a data da realização da despesa, no caso em que for verificada a inobservância das normas aplicáveis à utilização dos recursos repassados durante a vigência do instrumento;
 - h)** Informar à CONCEDENTE a utilização do valor correspondente a rendimento de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, comprovando sua aplicação no objeto do Convênio. No caso de não utilização dos rendimentos, ou quando a CONVENIENTE não comprovar sua aplicação na consecução do objeto, os recursos deverão ser restituídos à CONCEDENTE;
 - i)** Contratar obras, compras, serviços e alienações com os recursos oriundos da CONCEDENTE, de acordo com o estabelecido na legislação federal pertinente. E quando da contratação de obras e serviços, observar os custos unitários de insumos ou serviços constantes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), mantido e divulgado, na Internet, pela Caixa Econômica Federal, observando as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
 - j)** Cumprir as normas do Decreto nº 7.983/2013 nas licitações que realizar para a contratação de obras ou serviços de engenharia com os recursos transferidos neste Convênio;
 - k)** Utilizar a plataforma eletrônica específica para processamento do convênio, a ser desenvolvida conjuntamente pelo MCTI e pelo ME, conforme disposto no art. 38, § 5º, do Decreto nº 9.283/2018, quando estiver disponível;
 - l)** Caso a CONVENIENTE seja entidade privada sem fim lucrativo deverá publicar em seu sítio na Internet e em quadro de avisos de amplo acesso público em sua sede as seguintes informações:
 - i.** Cópia do estatuto social atualizado da entidade;
 - ii.** Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade; e
 - iii.** Cópia integral do convênio, respectivos aditivos e relatório final de prestação de contas.
 - m)** Encerrar a conta corrente específica do instrumento quando da extinção do Convênio.
- 2. A CONVENIENTE declara:**

Ref. : 1180/25

- a)** que não tem em seus quadros dirigente que seja agente político dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário ou do Ministério Público ou Defensores Públicos da União, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvados os casos em que a nomeação decorra de previsão legal;
- b)** que não tem em seus quadros dirigente que se enquadre em quaisquer das hipóteses de inelegibilidade previstas no artigo 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 64/90;
- c)** que está em funcionamento regular em atividades referentes à matéria objeto do convênio há pelo menos três anos ininterruptos, desenvolvendo suas atividades dentro das normas e objetivos propostos, sendo inquestionável sua reputação ética e profissional;
- d)** que não serão utilizados recursos públicos oriundos deste instrumento para a contratação de: (i) cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de dirigentes da CONVENIENTE ou de detentor de cargo em comissão ou função de confiança na CONCEDENTE; (ii) pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção que seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de dirigentes da CONVENIENTE ou de detentor de cargo em comissão ou função de confiança na CONCEDENTE; e (iii) pessoa, física ou jurídica, que caracterize vedação prevista no Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010;
- e)** que não incorre em quaisquer das vedações previstas no Decreto nº 9.283/18;
- f)** que todas as informações prestadas à CONCEDENTE, inclusive no preenchimento de formulários, cadastros e sistemas na internet, são verdadeiras.

CLÁUSULA OITAVA **OBRIGAÇÕES GERAIS DOS PARTICÍPES**

1. A CONVENIENTE e os demais partícipes obrigam-se também a:

- a)** Cumprir o Plano de Trabalho do Projeto;
- b)** Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive quanto às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, e pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no convênio, hipótese em que a inadimplência do CONVENIENTE em relação ao referido pagamento não implicará responsabilidade solidária ou subsidiária da Finep;
- c)** Responder, diretamente, por qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária intentada contra a CONCEDENTE, oriunda de qualquer membro da equipe executora do Convênio, obrigando-se ainda em comparecer espontaneamente em juízo, reconhecendo sua verdadeira condição de empregador e contratante, substituindo a CONCEDENTE no processo, e ressarcindo no prazo de 30 (trinta) dias as perdas, danos, indenizações, custas e honorários advocatícios que eventualmente tenham sido pagos pela CONCEDENTE;

Ref. : 1180/25

- d)** Permitir a utilização dos bens adquiridos no âmbito do Projeto, pela CONCEDENTE ou por instituição por ela indicada, para fins científicos e tecnológicos, durante o período de vigência do Convênio;
- e)** Comunicar a CONCEDENTE sobre a celebração de quaisquer parcerias com outras ICTs públicas ou privadas, ou com instituições ou entidades estrangeiras, para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao Projeto objeto deste instrumento. A existência de tais parcerias não implicará qualquer relação jurídica entre a CONCEDENTE e os parceiros da CONVENIENTE e de qualquer dos partícipes, mantida a responsabilidade integral da CONVENIENTE e de qualquer dos partícipes pelo cumprimento do objeto do convênio;
- f)** Exigir que os participantes do Projeto assinem documento do qual constem informações sobre como fazer denúncias, sobre o canal existente no sítio eletrônico da Finep e sobre a importância da integridade na aplicação dos recursos;
- g)** Inserir cláusula nos contratos celebrados com terceiros para execução do Convênio que permitam o livre acesso dos empregados da CONCEDENTE e dos servidores dos órgãos de controle aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas. Na hipótese de haver recursos transferidos de outros órgãos ou entidades para o FNDCT, deverá constar cláusula admitindo o livre acesso dos servidores do órgão ou entidade repassadora;
- h)** Indicar a possível substituição do(s) INTERVENIENTE(S), quando houver, no prazo de 60 (sessenta) dias da comunicação de desistência quanto ao cumprimento das obrigações assumidas no instrumento pactuado, sem prejuízo do ressarcimento das perdas e danos que venham a ser apuradas pela CONCEDENTE. A alteração passará por análise técnica e jurídica da Finep;
- i)** Remeter à Finep as informações relativas à mudança de seus atos constitutivos e de designação de novos representantes legais, em até 30 (trinta) dias contados das respectivas alterações;
- j)** Observar as condições legislativas impostas em função do período eleitoral para utilização dos recursos, conforme disposto na Lei nº 9.504/1997 e demais atos normativos pertinentes;
- k)** Afixar destacadamente em lugar visível de seu estabelecimento e em todos os materiais de divulgação resultantes da execução do Projeto, o apoio financeiro da CONCEDENTE e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, por meio de placa conforme modelo, dimensão e inscrição, a serem fornecidos pela CONCEDENTE, e a respectiva fonte de recursos, especialmente no caso de: (i) seminários e eventos científicos e tecnológicos; (ii) publicações técnicas e científicas em revistas especializadas; (iii) relatórios técnicos e resumos publicados ou divulgados em qualquer meio, inclusive magnético ou eletrônico;
- l)** Inserir um ícone com o logotipo da CONCEDENTE e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, que faça o *link* para acesso às respectivas homepage, sempre que houver divulgação do Projeto via Internet;
- m)** Disponibilizar ao cidadão, por meio da Internet ou, na sua falta, em sua sede, consulta ao extrato do Convênio, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

Ref. : 1180/25

n) Inserir *banner* virtual da Finep na sua página de Internet, se houver, bem como fixar sinalização destacando a colaboração financeira da Finep em lugar visível do local da realização do Projeto e nos bens financiados inconsumíveis, conforme modelo indicados no Portal da Finep: <http://www.finep.gov.br>. O banner virtual deverá possuir link que direcione ao referido Portal da Finep;

o) respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, a exemplo do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, quando participarem de licitações públicas, sob pena de fiscalização do Tribunal de Contas da União e das consequências advindas da atividade fiscalizatória, tal como imposição de prazo para regularização ou condenação dos responsáveis ao pagamento dos prejuízos ao erário;

p) Caso o Projeto envolva a produção, manutenção ou utilização de animais para fins de pesquisa científica ou ensino, deverão ser observados a Lei nº 11.794/2008, o Decreto nº 6.899/2009 e as normas editadas pelo Conselho Nacional de Controle da Experimentação Animal (CONCEA). Ademais, o Projeto deverá ser previamente aprovado pela competente Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA) e a eventual suspensão da pesquisa pela referida Comissão, deverá em até cinco dias, contados da notificação, ser comunicada à Finep;

q) Aportar todos os recursos próprios necessários à finalização do Projeto dentro dos prazos definidos no Plano de Trabalho aprovado pela Finep, bem como, em sua totalidade, os recursos necessários à cobertura de eventuais insuficiências ou acréscimos ao valor total do Projeto;

r) Abster-se da prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, bem como contra princípios da Administração Pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, especialmente os dispostos no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), não oferecendo, dando ou se comprometendo a dar a quem quer que seja, ou aceitando ou se comprometendo a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma;

s) Manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta por preceitos éticos;

t) Considerar em suas práticas de gestão a adoção de medidas de integridade, assim consideradas aquelas voltadas à prevenção, detecção e remediação da ocorrência de fraudes e atos de corrupção;

u) Respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética, Conduta e Integridade da Finep, que se encontra disponível na página da Finep na internet (<http://www.finep.gov.br>), assim como atentar para demais orientações de integridade disponibilizadas pela Finep;

v) Não adotar, não incentivar e repudiar condutas que gerem inconformidades com a legislação aplicável às empresas públicas, em especial à Lei nº 12.527/2011, à Lei nº

Ref. : 1180/25

12.813/2013, à Lei nº 12.846/2013 e à Lei nº 13.303/2016; e

w) Cadastrar os equipamentos de pesquisa adquiridos com recursos repassados pela CONCEDENTE na Plataforma Nacional de Infraestrutura de Pesquisa – MCTI (<https://pnipe.mctic.gov.br/about>).

1.1. Na hipótese da existência de licença ambiental ou de sua futura necessidade para a execução do Projeto ora financiado, em acréscimo às obrigações previstas neste instrumento, a CONVENIENTE, o(s) EXECUTOR(ES) e o(s) INTERVENIENTES, quando houver, deverão:

a) Cumprir todas as determinações legais expedidas pelos órgãos ambientais competentes, aplicáveis à execução do Projeto;

b) Estabelecer, sempre que necessário para que a execução do Projeto se dê com segurança e responsabilidade socioambiental, a realização de obras e aquisição de equipamentos como medidas preventivas a possíveis danos;

c) Informar imediatamente à CONCEDENTE e aos órgãos ambientais competentes todo e qualquer acidente ou incidente decorrente da execução do Projeto ora financiado, que possa causar danos ao meio ambiente e/ou a terceiros afetados por sua atividade;

d) Na hipótese acima, ficam a CONVENIENTE, o(s) EXECUTOR(ES) e o(s) INTERVENIENTES obrigados a tomar, imediatamente, todas as medidas necessárias à mitigação dos impactos ambientais negativos;

e) Manter a CONCEDENTE informada sobre o atendimento das condições gerais e específicas que porventura tenham sido exigidas nas licenças ambientais concedidas, bem como as modificações dessas condições;

f) Comunicar à CONCEDENTE sobre a suspensão, o cancelamento, a revogação ou cassação das licenças ambientais e os seus motivos;

g) Independentemente da existência de culpa, em consonância com o § 1º, do art. 14, da Lei nº 6.938/81, indenizar e/ou reparar os danos causados ao meio ambiente e/ou a terceiros afetados por sua atividade.

1.2. A CONCEDENTE e seus prepostos, na hipótese de virem a sofrer qualquer penalidade por infração ambiental decorrente da execução do Projeto, terão ação de regresso contra o CONVENIENTE, o(s) EXECUTOR(ES) e/ou o(s) INTERVENIENTE(S), se houver.

1.3. O(s) INTERVENIENTE(S) COFINANCIADOR(ES), se houver, sem prejuízo de outras obrigações previstas neste Convênio, deverão aportar os recursos financeiros previstos, depositando-os em conta corrente especificamente aberta para o aporte de recursos ao Convênio.

CLÁUSULA NONA

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

1. O Plano de Trabalho do Projeto é parte integrante e indissociável deste instrumento e somente poderá ser modificado segundo os critérios e a forma definidos pela CONCEDENTE, ficando vedada, em qualquer hipótese, a desnaturação do seu objeto.

2. A execução do objeto do Convênio será acompanhada por meio de Formulários de Resultados Parciais e do Relatório de Prestação de Contas Final, que deverão ter por base as

Ref. : 1180/25

metas, os objetivos, as atividades, os indicadores e o orçamento apontados no Plano de Trabalho, na forma disciplinada pela CONCEDENTE.

3. A CONCEDENTE poderá delegar competência para acompanhamento da execução do Convênio a consultores formalmente indicados, bem como a órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação de recursos.

4. Os partícipes reconhecem a autoridade normativa da CONCEDENTE para exercer o controle e a fiscalização sobre a execução do Projeto, reorientar ações e acatar, ou não, justificativas com relação às eventuais disfunções havidas na execução do Projeto, podendo vir a assumir ou a transferir a responsabilidade pelo mesmo, de modo a evitar a sua paralisação.

5. A CONVENIENTE autoriza e reconhece como legítimo o livre acesso de empregados da CONCEDENTE, de servidores do Sistema de Controle Interno ao qual se subordina a CONCEDENTE, bem como do Tribunal de Contas da União, em missão de fiscalização ou auditoria, em qualquer tempo e lugar, restringindo-se aos atos e fatos relacionados ao âmbito do Projeto. Ademais, a CONVENIENTE deverá incluir nos contratos celebrados para execução do Convênio cláusula que permita o livre acesso dos empregados da CONCEDENTE, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas.

6. O CONVENIENTE nomeia a CONCEDENTE sua procuradora, com poderes específicos para realizar, junto ao Banco depositário dos recursos oriundos do Convênio, o bloqueio do saldo existente na conta corrente, sempre que, a critério da CONCEDENTE, houver fundado receio de má utilização dos recursos concedidos.

7. No caso de órgão ou entidade pública, a informação de que os recursos para atender às despesas em exercícios futuros, no caso de investimento, deverão estar consignados no plano plurianual ou em prévia lei que os autorize.

8. Os partícipes deverão apresentar todas as licenças e/ou autorizações necessárias à execução do Projeto e à aquisição dos equipamentos previstos no Plano de Trabalho previamente à respectiva execução ou aquisição, conforme legislação aplicável.

9. A CONVENIENTE e demais partícipes autorizam a CONCEDENTE a publicar informações sobre o Projeto, seus produtos, seus resultados, suas prestações de contas e suas avaliações, sem prejuízo dos direitos de propriedade intelectual.

CLÁUSULA DÉCIMA **BENS E SERVIÇOS**

1. A aquisição de bens e serviços no mercado nacional ou no mercado externo (importação) deverá ser feita pelo CONVENIENTE com estrita observância da legislação aplicável à matéria, bem como das especificações técnicas e das quantidades aprovadas no Projeto, observadas as condições previstas expressamente na legislação aplicável e no termo de convênio e os princípios da impessoalidade, da moralidade, da economicidade e da eficiência.

2. No caso de a CONVENIENTE ser integrante da Administração Pública, será obrigatória a observância da legislação federal que institui normas para licitação e contratos da administração pública, referentes à contratação, compras e serviços.

3. No caso de a CONVENIENTE ser entidade privada sem fins lucrativos, as compras de bens e as contratações de serviços e obras com recursos transferidos pela CONCEDENTE deverão adotar os métodos usualmente utilizados pelo setor privado e serem compatíveis com

Ref. : 1180/25

os preços praticados no mercado, comprovados por meio de cotação prévia de preços junto a, no mínimo, três potenciais fornecedores ou executantes, observados os princípios da impessoalidade, da moralidade e da economicidade.

4. A CONVENIENTE deverá, tanto em relação aos bens adquiridos diretamente, quanto àqueles recebidos da CONCEDENTE:

- a)** Manter seguro com empresas idôneas, em valores consistentes com as práticas comerciais adequadas, que cubra riscos decorrentes da aquisição, transporte, remessa e uso dos bens apoiados, devendo qualquer indenização ser paga em moeda nacional e destinada à reposição dos mesmos;
- b)** Comunicar à CONCEDENTE, imediatamente, qualquer dano que os referidos bens vierem a sofrer;
- c)** Assegurar a adequada operação dos bens adquiridos, promovendo a execução dos reparos e substituições necessárias, e arcar com todas as despesas referentes ao transporte, guarda, conservação, manutenção e recuperação, sem que lhe caiba direito a retenção ou a qualquer indenização;
- d)** Afixar destacadamente em lugar visível do bem o apoio financeiro da CONCEDENTE;
- e)** Em caso de furto ou de roubo do bem, promover o registro da ocorrência perante a autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à CONCEDENTE e diligenciando para que se proceda a investigação pertinente;
- f)** Permitir a utilização dos bens adquiridos no âmbito do Projeto, pela CONCEDENTE ou por instituição por ela indicada, para fins científicos e tecnológicos, durante o período de vigência do Convênio.

5. Os bens gerados ou adquiridos no âmbito de projetos de estímulo à ciência, à tecnologia e à inovação serão incorporados, desde sua aquisição, ao patrimônio da entidade recebedora dos recursos, observada a destinação prevista no Plano de Trabalho, conforme disposto no artigo 13 da Lei nº 13.243/2016.

6. Os bens cuja aquisição dependam de registros, como, por exemplo, veículos automotores, embarcações, aeronaves e outros, serão adquiridos em nome do destinatário final do bem conforme Plano de Trabalho, observando-se todas as regras em relação aos demais bens.

7. Os bens devem ser utilizados e mantidos na guarda da CONVENIENTE ou EXECUTOR(ES) ficando estipulada a obrigação do mesmo de conservá-los e não aliená-los até a aprovação da Prestação de Contas Final.

8. Caso a prestação de contas final não seja aprovada em razão de má utilização dos recursos na aquisição, produção, transformação ou construção de bens materiais acima referidos, os recursos liberados pela CONCEDENTE relacionados a estes bens deverão ser devolvidos na forma da legislação vigente.

9. Ocorrerá a cobrança judicial dos valores glosados e não ressarcidos caso a despesa ultrapasse o valor de estabelecido na Lei nº 9.469/97.

10. É vedada a destinação de recursos e bens oriundos da CONCEDENTE às instituições privadas com finalidade lucrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA PROPRIEDADE INTELECTUAL

Ref. : 1180/25

1. A CONVENIENTE comunicará à CONCEDENTE, durante e após a vigência do presente Convênio, os resultados alcançados pelo Projeto, passíveis de obtenção de proteção legal, no âmbito da legislação de propriedade intelectual, ou de licenciamento a terceiros, devendo ser informado à CONCEDENTE, caso seja efetuado o respectivo registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, ou em outro órgão competente, ficando desde já acordado que inventores ou autores terão seus nomes reconhecidos em todas as patentes.

2. Todos os resultados, conhecimentos e informações gerados na execução do Projeto serão tratados como confidenciais pelas partes envolvidas, mediante a celebração de instrumento contratual específico para regulamentar as condições de confidencialidade, durante e após a vigência deste Convênio.

3. Os direitos de propriedade intelectual sobre qualquer criação desenvolvida com os recursos repassados em virtude do presente Convênio pertencerão à CONVENIENTE, EXECUTOR(ES), e/ou ao(s) INTERVENIENTE(S), se houver, que a desenvolver, e será disciplinada em acordo específico entre eles firmado.

3.1. A CONCEDENTE poderá impedir a celebração de quaisquer contratos que prevejam a cessão total ou parcial dos direitos de comercialização e uso dos resultados, conhecimentos e informações geradas pelo Projeto, durante o prazo de proteção legal, sempre que a seu juízo a referida cessão puder contrariar o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país.

4. Todos os dados, informações, tecnologias, biotecnologias, microrganismos, programas de computador, procedimentos e rotinas existentes anteriormente à celebração deste Instrumento e de propriedade da CONVENIENTE, EXECUTOR(ES), INTERVENIENTE(S), e/ou de terceiros, que estiverem sob sua(s) responsabilidade(s) e que forem reveladas entre as partes mencionadas exclusivamente para subsidiar a execução do Projeto, continuarão pertencendo à parte detentora.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA CONDUTAS VEDADAS

1. Sem prejuízo de outras disposições previstas neste instrumento ou na legislação aplicável, fica vedado aos partícipes:

a) Alterar integral ou parcialmente o objeto do Convênio;

b) Realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

c) Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

d) Utilizar, mesmo em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida no Convênio, ressalvado o custeio da implementação das medidas de preservação ambiental inerentes às obras constantes do Plano de Trabalho;

e) Realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento, salvo excepcionalmente para aquelas cobertas por outros aportes e desde que expressamente autorizada pela autoridade competente da CONCEDENTE;

Ref. : 1180/25

- f)** Efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento, exceto se autorizada pela autoridade competente da CONCEDENTE e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;
- g)** Realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto, no caso que se refere às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pela CONCEDENTE, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;
- h)** Transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar;
- i)** Realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho;
- j)** Pagar, a qualquer título, empresas privadas que tenham em seu quadro societários servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;
- k)** Contratar pessoas naturais que tenham sido condenadas por crime contra a administração pública ou o patrimônio público; eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; ou de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; e
- l)** Contratar familiar de agente público para prestação de serviço no órgão ou entidade em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança, nos termos previstos pelo artigo 7º, do Decreto nº 7.203/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PRESTAÇÃO DE CONTAS

1. As prestações de contas do Convênio serão realizadas por meio do monitoramento e avaliação do Projeto e da análise da Prestação de Contas Final, na forma disciplinada pela CONCEDENTE.

2. Durante a execução do Convênio, a CONCEDENTE realizará o monitoramento e a avaliação do Projeto, devendo observar os objetivos, o cronograma, o orçamento, as metas e os indicadores previstos no Plano de Trabalho.

2.1. A CONVENIENTE deverá apresentar Formulário de Resultado Parcial anualmente, nas hipóteses determinadas neste instrumento, ou a qualquer momento, quando solicitada, durante toda a vigência do Convênio.

2.2. A CONCEDENTE poderá, durante o monitoramento e a avaliação dos projetos, realizar visita para acompanhamento técnico ou fiscalização financeira. A visita não dispensará a CONVENIENTE de manter atualizadas as informações relativas à execução do Projeto na plataforma eletrônica de monitoramento, caso existente, ou em outro meio disponibilizado.

2.3. A CONCEDENTE acompanhará periodicamente a execução do Plano de Trabalho, de modo avaliar os resultados atingidos com a execução do objeto e de maneira a verificar o cumprimento do Projeto e a relação entre os objetivos, as metas e o

Ref. : 1180/25

cronograma propostos e os resultados alcançados, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no Plano de Trabalho, e em normativos internos.

2.3.1. A CONCEDENTE poderá propor ajustes ao Projeto e revisão do cronograma, das metas e dos indicadores de desempenho, além de formular outras recomendações aos partícipes, a quem caberá justificar, por escrito, eventual não atendimento.

3. A CONVENIENTE deverá apresentar Relatório de Prestação Contas Final, comprovando a boa e regular aplicação dos recursos transferidos neste instrumento, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados do término da vigência do Convênio.

3.1. O prazo para apresentação do Relatório de Prestação de Contas Final poderá ser prorrogado por igual período, a pedido, desde que o requerimento seja feito antes do vencimento.

3.2. Se, durante a análise da prestação de contas final, a CONCEDENTE verificar irregularidade ou omissão passível de ser sanada, determinará prazo compatível com o objeto para que a CONVENIENTE apresente as razões ou a documentação necessária. Transcorrido este prazo sem que a irregularidade ou a omissão seja, sanada, a CONCEDENTE adotará as providências para eventual devolução dos recursos, nos termos da legislação vigente.

3.3. A análise da prestação de contas final deverá ser concluída pela CONCEDENTE no prazo de até um ano, prorrogável por igual período, ficando o prazo suspenso quando a complementação de dados se fizer necessária pela CONVENIENTE.

3.4. O Relatório de Prestação de Contas Final será simplificado e privilegiará os resultados obtidos, devendo ser apresentado de acordo os padrões fornecidos pela CONCEDENTE, conforme normativos internos, compreendendo, pelo menos:

- a)** Relatório de Execução do Objeto, que deverá conter: (i) a descrição das atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto; (ii) a demonstração e o comparativo específico das metas com os resultados alcançados; e (iii) o comparativo das metas cumpridas e das metas previstas devidamente justificadas em caso de discrepância, referentes ao período a que se refere a prestação de contas;
- b)** Declaração de que utilizou os recursos exclusivamente para a execução do projeto, acompanhada de comprovante da devolução dos recursos não utilizados, se for o caso;
- c)** Relação de bens adquiridos, desenvolvidos ou produzidos, quando houver;
- d)** Avaliação de resultados;
- e)** Demonstrativo consolidado das transposições, dos remanejamentos ou das transferências de recursos efetuados, quando houver; e
- f)** Relatório Simplificado de Execução Financeira.

3.4.1. Quando o Relatório de Execução do Projeto, referido na alínea 'a' do subitem 3.4 desta Cláusula, não for aprovado ou quando houver indício de ato irregular, a CONCEDENTE exigirá a apresentação de Relatório de Execução Financeira, conforme modelo padrão fornecido.

3.4.2. Caso o Convênio seja alvo de apuração formal pelos órgãos de controle ou pelos órgãos de investigação e persecução criminal ou que contiverem indício de irregularidade, a CONVENIENTE deverá apresentar os documentos suplementares exigidos pela CONCEDENTE;

Ref. : 1180/25

4. Os procedimentos de avaliação, monitoramento e prestação de contas final serão detalhados em norma interna específica da CONCEDENTE, a qual os partícipes reconhecem a obrigatoriedade de observância.

5. Na hipótese de a CONVENIENTE ser instituição pertencente à Administração Pública, não caberá à CONCEDENTE, por ocasião da prestação de contas, analisar ou fiscalizar a regularidade de licitações e contratações feitas com os recursos federais transferidos, nos termos do artigo 58, § 5º, do Decreto nº 9.283/2018.

6. A CONVENIENTE deverá manter toda a documentação gerada até a aprovação da prestação de contas final, devidamente organizada e arquivada, separada por Projeto, pelo prazo de cinco anos, contados da data da aprovação do Relatório de Prestação de Contas Final.

7. Caso a CONVENIENTE opte por ter a conta corrente específica do presente Convênio no Banco do Brasil, autoriza desde já a CONCEDENTE, de forma irrevogável e irretratável, a tomar as providências cabíveis para abri-la no referido banco e cadastrá-la no sistema GESTÃO ÁGIL.

7.1. Para fins do disposto no item acima, a CONVENIENTE, neste ato, de forma irrevogável e irretratável:

a) autoriza a CONCEDENTE a acessar, via GESTÃO ÁGIL, todas as informações referentes a conta específica do Convênio, incluindo, porém, não se limitando ao saldo, movimentações e extratos;

b) autoriza o Banco do Brasil a aplicar automaticamente os recursos creditados na corrente específica do **Projeto** em fundos lastreados em títulos públicos federais, com rentabilidade diária e cujo prospecto permita aplicações e resgates de qualquer valor, sendo responsabilidade exclusiva da CONVENIENTE verificar se a aplicação dos recursos está de acordo com o estipulado neste Convênio e na legislação de regência, assim como responder por qualquer irregularidade na aplicação dos recursos; e

c) renuncia ao sigilo bancário nos termos da legislação vigente e isenta a CONCEDENTE de qualquer responsabilidade decorrente da violação de sigilo bancário de tais informações, de acordo com o inciso V, parágrafo 3º, art. 1º, da Lei Complementar nº 105/2001, de 10/01/2001.

7.2. A CONVENIENTE declara ter ciência que:

a) o GESTÃO ÁGIL permite que a CONCEDENTE acesse os saldos e extratos de movimentação financeira da conta específica do Convênio, bem como a outras informações sobre as despesas realizadas, a fim de auxiliar e otimizar a prestação de contas;

b) deverá comparecer à agência bancária para regularização da conta corrente, após sua abertura;

c) é possível solicitar ao Banco do Brasil a alteração da modalidade de investimento dos recursos creditados na conta corrente específica do **Projeto**, sendo responsabilidade exclusiva da CONVENIENTE verificar se a aplicação dos recursos está de acordo com o estipulado neste Convênio e na legislação de regência, assim como responder por qualquer irregularidade na aplicação dos recursos;

d) os recursos liberados pela CONCEDENTE serão creditados na conta corrente com observância dos prazos previstos no art. 5º da IN/STN nº 04, de 30/10/04, ou outra legislação que vier a substituí-la; e

Ref. : 1180/25

e) a prestação de contas poderá ser realizada total ou parcialmente pelo GESTÃO ÁGIL a critério da CONCEDENTE, observando-se o estatuído neste Convênio e nas normas e manuais da CONCEDENTE.

8. A quitação do Convênio somente se dará quando da aprovação formal, por parte da CONCEDENTE, do Relatório de Prestação de Contas Final.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA EXTINÇÃO DO CONVÊNIO

1. O Convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

2. Caso a instituição solicite sua retirada do Convênio a mesma arcará com suas obrigações, inclusive as de natureza financeira, até o momento da formalização de sua exclusão, restando aos demais partícipes a faculdade de solicitar a rescisão do instrumento.

3. Constituem motivos para rescisão do instrumento, a critério da CONCEDENTE:

a) Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

b) Utilização dos recursos repassados em destinação diversa da aprovada;

c) Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado; e

d) Verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

4. Quando do encerramento ou extinção do convênio a CONVENIENTE obriga-se a restituir à CONCEDENTE:

a) O valor transferido, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, nos seguintes casos: (i) quando não for executado o objeto da avença; (ii) quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas; e (iii) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da aprovada;

b) Os saldos financeiros remanescentes, por ocasião da conclusão, rescisão ou outra forma de extinção do convênio, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas não utilizadas no objeto pactuado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do término da vigência do instrumento;

c) O valor referente à despesa glosada, atualizado monetariamente desde a data da realização da despesa, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, no caso em que for verificada, após a vigência do instrumento, inobservância das normas aplicáveis à utilização dos recursos repassados; e

d) O valor correspondente ao percentual da contrapartida pactuada não aplicada na consecução do objeto do convênio, atualizado monetariamente, na forma prevista na alínea "a" deste item.

4.1. Nos casos das alíneas "a" e "b", havendo INTERVENIENTE(S) COFINANCIADOR(ES), os valores repassados por estes partícipes também deverão ser a eles restituídos pela CONVENIENTE.

Ref. : 1180/25

4.2. Será cobrada a devolução integral dos valores, devidamente corrigidos: (i) das despesas efetuadas sem a devida comprovação dos procedimentos licitatórios cabíveis; (ii) sem a observância de pesquisa de preços de mercado à época da contratação; (iii) em caso de reincidência da falta formal, constatada em processos de prestação de contas que possuam gastos efetuados após a data de comunicação à CONVENIENTE sobre a aprovação com ressalvas pela Finep.

4.3. O(s) EXECUTOR(ES) poderá(ão) ser responsabilizado(s) a restituir recursos à CONCEDENTE e ao(s) INTERVENIENTE(S) COFINANCIADOR(ES), nos termos desta Cláusula, caso fique comprovado que concorreu(eram) para a ocorrência do fato que fundamentar a solicitação de restituição.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

1. Será instaurada Tomada de Contas Especial pelo ordenador de despesas da CONCEDENTE ou, na sua omissão, por determinação do Controle Interno ou do TCU, visando à apuração dos fatos a seguir relacionados para identificação dos responsáveis e quantificação do dano.

2. Constituem-se motivos para instauração de Tomada de Contas Especial:

a) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) A não apresentação das prestações de contas no prazo de até 30 (trinta) dias da notificação que lhe for encaminhada pela CONCEDENTE;

c) A não aprovação das prestações de contas, em decorrência de: (i) não execução total do objeto pactuado; (ii) atingimento parcial dos objetivos avençados; (iii) desvio de finalidade; (iv) impugnação de despesas; (v) não cumprimento dos recursos da contrapartida, quando houver; (vi) não aplicação de rendimentos de aplicações financeiras no objeto pactuado, quando couber; (vii) a ocorrência de qualquer outro fato do qual resulte prejuízo ao erário; e (viii) não devolução de eventuais saldos financeiros remanescentes após 30 (trinta) dias da conclusão, denúncia, rescisão, ou extinção do Convênio.

3. Enquanto perdurar a tramitação da Tomada de Contas Especial, na forma da legislação específica, a vigência do Convênio será mantida, de ofício, pela CONCEDENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

1. Os dados pessoais eventualmente coletados pelas partes, de titularidade de seus respectivos acionistas/quotistas e colaboradores, deverão ser tratados de acordo com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 ("LGPD"), devendo as partes, ainda: (i) observar os princípios elencados no art. 6º da LGPD; (ii) tomar as providências cabíveis decorrentes das obrigações e responsabilidades previstas pela LGPD; e (iii) adotar as medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais apropriadas para proteger os dados coletados, de modo que sejam armazenados de forma segura e conforme as melhores práticas de mercado e em estrito cumprimento à LGPD.

1.1. Para fins de aplicação desta cláusula, conceitua-se:

Ref. : 1180/25

- a)** dado pessoal como a informação relacionada a pessoa física identificada ou identificável, inclusive o dado pessoal sensível, tal como definido na LGPD; e
- b)** colaboradores como toda e qualquer pessoa física que possua vínculo de qualquer natureza com quaisquer das partes, inclusive por interposta pessoa, tais como, mas não se limitando a, servidores, dirigentes, empregados, ordenadores de despesa, estagiários, prestadores de serviços, consultores, ocupantes de cargo de confiança, integrantes da equipe executora do projeto, administradores, representantes legais, fornecedores, parceiros e clientes.

2. A coleta de dados pessoais será realizada mediante requisição da CONCEDENTE, responsabilizando-se a parte requerida por obter o consentimento dos titulares, salvo nos casos de dispensa de consentimento.

2.1. Caberá à parte que disponibilizar à CONCEDENTE dados pessoais, cientificar o titular destes dados sobre o compartilhamento e informá-lo da existência do Aviso de Privacidade disponível no endereço eletrônico <http://www.finep.gov.br/aviso-de-privacidade-lei-geral-de-protecao-de-dados-lgpd> , como fonte de informações acerca dos tratamentos de tais dados realizados pela CONCEDENTE.

3. Poderão ser coletados, dentre outros, os seguintes dados pessoais:

- a)** dos colaboradores vinculados à CONVENIENTE e demais partícipes na qualidade de equipe executora: nome completo, CPF, Carteira de Identidade, nacionalidade, naturalidade número de telefone, endereço, endereço de e-mail, dados profissionais ou referentes à formação acadêmica, contracheque, informações bancárias relativas à conta corrente e número de cartão com gastos do projeto, PIS/Pasep, Carteira de Trabalho e Previdência Social, Número da Conta do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e fotografia/vídeo na/no qual a pessoa natural pode ser identificada;
- b)** dos colaboradores vinculados à CONVENIENTE e demais partícipes que não integram a equipe executora do projeto financiado: nome completo, CPF, Carteira de Identidade, estado civil, nacionalidade, naturalidade, número de telefone, endereço, endereço de e-mail e fotografia/vídeo na/no qual a pessoa natural pode ser identificada e informações relativas à participação societária na(s) parte(s) do Convênio; e
- c)** dos sócios/quotistas majoritários da CONVENIENTE e demais partícipes, no caso de serem organizados como sociedade empresária ou sociedade simples: nome completo, CPF, Carteira de Identidade, nacionalidade e informações relativas à sua participação societária na(s) parte(s) do Convênio.

4. Os dados coletados poderão ser tratados para as seguintes finalidades, sem prejuízo de outros tratamentos devidamente fundamentados na LGPD:

- a)** desígnios da Administração Pública, incluindo políticas públicas e a persecução do interesse público, com o objetivo, também, da execução de competências e atribuições legais;
- b)** competências que envolvam o poder da Administração Pública;
- c)** atividades referentes ao procedimento de aprovação, formalização, acompanhamento e execução deste Convênio;
- d)** atendimento de demandas externas por informações, tais como Ouvidoria, Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e órgãos de controle, observadas as hipóteses de confidencialidade;

Ref. : 1180/25

- e)** identificação de denunciado ou reclamante inserido em demanda enviada a CONCEDENTE observadas as hipóteses de confidencialidade;
- f)** seleção de consultores para participar da avaliação de propostas de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação submetidas à Finep; e
- g)** concessão de bolsas apoiadas no âmbito de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação aprovados pela Finep.

5. Sem prejuízo de outras hipóteses legais ou regulamentares e da consecução dos objetivos do presente Convênio, os dados pessoais coletados poderão ser compartilhados:

- a)** caso solicitados, com entidades e órgãos de controle, tais como Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União, Ministério Público Federal e Polícia Federal;
- b)** caso solicitados, com entes e/ou entidades do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário;
- c)** para exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;
- d)** caso haja o dever de praticar atos públicos com vistas à realização da finalidade perseguida pela Administração Pública; e
- e)** caso solicitado pela fonte dos recursos concedidos para o financiamento.

6. A CONCEDENTE poderá tratar os dados pessoais, conforme autorizado pela legislação:

- a)** mediante o fornecimento de consentimento pelo titular;
- b)** para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- c)** para execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres;
- d)** para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- e)** quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados;
- f)** para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, este último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem);
- g)** quando necessário para atender aos interesses legítimos da CONCEDENTE ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais; ou
- h)** para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente.

6.1. A CONCEDENTE poderá tratar dados pessoais sensíveis, conforme autorizado pela legislação:

- a)** quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas; ou
- b)** sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para: (i) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pela CONCEDENTE; (ii) tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos; (iii) exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral, este último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem).

Ref. : 1180/25

7. Os tipos de dados coletados, assim como as hipóteses de tratamento e compartilhamento e a base legal utilizada, poderão ser modificados pela CONCEDENTE a qualquer tempo, em virtude de alterações na legislação ou nos serviços, em decorrência da utilização de novas ferramentas tecnológicas ou, ainda, sempre que, a exclusivo critério da CONCEDENTE, tais alterações se façam necessárias, garantindo-se ao titular dos dados pessoais o direito de informação sobre essa(s) alteração(ões) e o resguardo de seus direitos fundamentais.

7.1. O dever de informação mencionado no item acima será cumprido através da atualização constante do Aviso de Privacidade, documento disponível aos titulares dos dados coletados no endereço eletrônico mencionado no item 2.1 desta Cláusula.

7.2. A CONVENIENTE e demais partícipes obrigam-se a acompanhar as modificações implementadas pelo Aviso de Privacidade e a informar os seus respectivos acionistas/quotistas e colaboradores que possuam dados pessoais coletados ou sejam responsáveis pelo tratamento de dados pessoais no âmbito deste Convênio.

7.3. A CONVENIENTE e demais partícipes se obrigam a comunicar os seus respectivos acionistas/quotistas e colaboradores, no caso em que eles forem titulares de dados pessoais disponibilizados à CONCEDENTE, de seus direitos abaixo transcritos:

a) confirmação da existência de tratamento dos seus dados pessoais pela CONCEDENTE;

b) acesso aos seus dados pessoais;

c) correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;

d) anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na legislação em vigor;

e) portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação em vigor da ANPD, observados os segredos comercial e industrial;

f) eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nos casos de cumprimento de obrigação legal ou regulatória pela CONCEDENTE ou demais hipóteses previstas na legislação;

g) informação acerca das entidades públicas e privadas com as quais a CONCEDENTE realizou uso compartilhado de dados;

h) informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;

i) revogação do consentimento concedido para o tratamento dos seus dados pessoais, quando aplicável;

j) oposição a determinado tratamento de seus dados; e

k) reclamação em face do controlador de dados junto à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (a ANPD) e a demais órgãos ou entes responsáveis.

8. A CONVENIENTE e demais partícipes darão conhecimento formal aos seus respectivos acionistas/quotistas e colaboradores que possuam dados pessoais coletados ou sejam responsáveis pelo tratamento de dados pessoais no âmbito deste Convênio, das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais referentes a este Convênio.

Ref. : 1180/25

9. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares dos dados pessoais, previstos na LGPD e no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Autoridade Nacional de Proteção de Dados e órgãos ou entidades de controle administrativo.

10. Na ocorrência de qualquer incidente que implique vazamento indevido de dados pessoais, as partes comunicarão umas às outras e à Autoridade Nacional, por escrito, no prazo definido pela referida Autoridade, a contar da ciência do incidente, para que possam adotar as providências devidas.

11. As informações acerca do Encarregado da LGPD na CONCEDENTE estão disponíveis em: <http://www.finep.gov.br/fale-conosco>.

12. A CONCEDENTE manterá os dados pessoais coletados pelo tempo necessário ao cumprimento de suas obrigações legais, regulatórias e contratuais, bem como para resguardar e exercer seus direitos, assegurando-se aos titulares dos dados pessoais o direito de eliminação após esse período e os direitos de alteração e correção dentro do prazo legal estabelecido pelo órgão regulador correspondente.

13. A CONCEDENTE possui direito de regresso em face das demais partes deste instrumento, em razão de eventuais danos causados pelo descumprimento das responsabilidades e obrigações previstas neste Convênio e na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

14. Em nenhuma hipótese, a CONCEDENTE comercializará dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA PUBLICAÇÃO E FORO

1. A publicação do extrato deste instrumento e de seus eventuais termos aditivos no sítio eletrônico da **CONCEDENTE** será providenciada em até 20 (vinte) dias contados de sua assinatura.

2. Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro para dirimir qualquer controvérsia oriunda do presente Convênio que não puder ser resolvida de comum acordo entre as partes, podendo a CONCEDENTE optar pelo foro de sua sede.

2.1. O presente Convênio reputa-se celebrado na cidade do Rio de Janeiro, e sua formalização ocorrerá na data em que os representantes legais da Finep o assinarem ou na data em que o último representante legal da Finep o assinar, em caso de disparidade de data.

E, por estarem assim justos e acordados, os partícipes firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, por meio de assinatura eletrônica com certificado digital, nos termos da Medida Provisória n. 2.200-2/2001.

Ref. : 1180/25

Pela CONCEDENTE - FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

Presidente

Diretor

**Pelo CONVENIENTE/EXECUTOR – CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS -
CGEE**

CGEE
insira aqui a etiqueta digital

TESTEMUNHAS:



1180/25 - Infraestrutura para Inteligência Estratégica em CT&I

Nota de empenho

Usuário: Rosilene Pinho do Nascimento

Enviado: 27/11/2025 14:19:17

Natureza da despesa

Natureza da despesa	Grupo	Categoria econômica	Modalidade	Elemento da despesa	Valor a empenhar
445041	4	4	50	41	14.693.059,05

Empenho

Empenho realizado.	Sim
--------------------	-----

Observação

Ao menos uma nota de empenho ou de crédito deve ser cadastrada pela ação de projeto "Orçamento".
--

1180/25 - Infraestrutura para Inteligência Estratégica em CT&I

Plano de Trabalho

Plano de Trabalho da Proposta

Projeto

Título:	Infraestrutura para Inteligência Estratégica em CT&I
Sigla:	CGEE_IE

Executor:

CNPJ:	04.724.690/0001-82
Razão social:	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

Descrição e justificativa:	O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), organização social supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), tem como missão subsidiar processos de tomada de decisão em temas relacionados à ciência, tecnologia, inovação (CT&I) e educação, por meio de estudos em prospecção e avaliação estratégica. O CGEE possui destacada atuação em estudos estratégicos e avaliação de políticas públicas, sendo reconhecido por sua capacidade analítica em temas complexos e emergentes associados a CT&I, tendo inclusive atuado na organização das últimas Conferências Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação. O CGEE é uma instituição de referência no suporte ao Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), especialmente nas áreas de prospecção, avaliação estratégica, informação e difusão do conhecimento. Esta atribuição integra especialistas e instituições do SNCTI para gerar subsídios qualificados à formulação de políticas públicas baseadas em evidências seja no âmbito regional, nacional ou internacional. Em parceria com o Ministério da Educação (MEC), o CGEE concebeu, em 2020, o Programa Centro de Desenvolvimento Regional (CDR). A iniciativa visa mobilizar instituições de educação superior e de ciência, tecnologia e inovação localizadas nos territórios, promovendo sua articulação com os diversos atores regionais para a formulação conjunta de estratégias e projetos inovadores voltados ao desenvolvimento sustentável e inclusivo das respectivas regiões. O CGEE, sob liderança do MCTI e com apoio do MRE, coordenou o “Workshop Internacional sobre Foresight: Oportunidades de CT&I para Cooperação do BRICS”, realizado nos dias 10 e 11 de abril de 2025, com sede no Brasil. O evento, parte dos seminários anuais de previsão e política de CTI do BRICS, teve como foco a construção de um sistema estratégico de cooperação em CT&I entre os países do bloco. A iniciativa reforça o papel do CGEE como articulador de parcerias no Sul Global, fomentando a geração conjunta de conhecimento, inovação e mecanismos colaborativos de financiamento em CT&I. Reconhecendo sua competência estratégica, o CGEE coordenará o próximo encontro internacional no tema “Foresight”, no BRICS Summit em outubro de 2025. Ao longo dos últimos anos, essas competências vêm sendo progressivamente aprimoradas pela incorporação de metodologias baseadas no reconhecimento e análise de informações existentes nas grandes massas de dados atualmente acessíveis ao Centro, tais como plataforma Lattes, do CNPq, dados de patentes, extraídos de publicações do INPI, Derwent Innovation Index, etc., dados de teses e dissertações da CAPES e metadados de publicações científicas como Web of Science, OpenAlex e Scopus, insightData (backlog de conteúdo noticioso, artigos e documentos técnico-científicos, etc. armazenados no CGEE), entre outras. O uso adequado de técnicas de extração, tratamento e análise desses dados possibilita reconhecer padrões relevantes e potencializar a atuação institucional. Nesse sentido, existe já no CGEE uma vasta experiência no desenvolvimento de técnicas de processamento de linguagem natural, análises de redes complexas, modelagem estatística e, mais recentemente, inteligência artificial (IA), incluindo modelagem com redes neurais e uso de modelos de linguagem para a coleta de evidências para seus estudos, análises e serviços. Essa incorporação de técnicas modernas de ciência de dados tem ampliado consideravelmente o portfólio de serviços do CGEE e auxiliado no embasamento metodológico de suas atividades. A excelência analítica e a abordagem interdisciplinar do CGEE resultaram em sua participação em iniciativas estratégicas na direção da IA, como o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA), entregue ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a 5ª Conferência Nacional de CT&I; o Observatório Brasileiro de IA (OBIA), em parceria com o Cetic.br/Nic.br, o C4AI/USP e a Fundação SEADE; e uma cooperação técnico-científica com a Netherlands Innovation Network, do Ministério de Assuntos Econômicos da Holanda, para mapear o ecossistema de IA no Brasil. O CGEE tem investido sistematicamente na adoção de modelos de linguagem especializados, com aplicação em contextos científicos, tecnológicos e normativos. Tais modelos têm sido integrados a assistentes virtuais, agentes inteligentes e ferramentas de análise e visualização de dados, otimizando processos internos e ampliando a capacidade institucional de geração de evidências. No entanto, a infraestrutura tecnológica atual limita significativamente o desenvolvimento, o treinamento e a execução de modelos avançados de IA, dada a carência de computadores (servidores) de alto desempenho, sistemas otimizados de armazenamento, redes de alta capacidade, soluções de energia e resfriamento compatíveis com cargas computacionais intensivas e, principalmente, unidades de processamento gráfico (ou GPU, na sigla em inglês). Atualmente, a infraestrutura do CGEE, embora em modernização, apresenta limitações em servidores de alto desempenho e recursos de processamento gráfico para a concepção, treinamento e execução de modelos avançados de IA. A natureza dos projetos conduzidos pelo CGEE, frequentemente associados à análise de dados sigilosos de políticas públicas e à interpretação de documentos de elevado valor estratégico, impõe requisitos rigorosos de segurança da informação e soberania tecnológica. Nesses casos, é inviável o uso de plataformas baseadas em nuvem pública ou o envio de dados para modelos proprietários hospedados externamente, como o ChatGPT da OpenAI, sob risco de comprometimento de propriedade intelectual, dados sensíveis ou restritos por cláusulas de confidencialidade. Como exemplo, em um uso recente, foi possível testar e empregar localmente pequenos modelos de linguagem “destilados” de grandes modelos abertos (como Llama e Deepseek) para tratar textos de relatórios de projetos de uma agência de fomento, evitando enviar para plataformas pagas a propriedade intelectual dos projetos.
-----------------------------------	---

Entretanto, apesar da comprovação do conceito, a acurácia dos modelos empregados foi limitada devido à baixa capacidade computacional das GPUs atualmente disponíveis no CGEE, o que restringe o número de parâmetros suportados e, consequentemente, a qualidade das inferências realizadas.

A presente proposta visa superar as limitações atuais por meio da aquisição e implantação de arquiteturas computacionais avançadas, abrangendo servidores de alto desempenho, redes de alta capacidade, soluções de armazenamento otimizadas e escaláveis, com sistemas adequados de energia e climatização.

Essa infraestrutura será projetada para suportar, de forma segura e eficiente, o desenvolvimento e a execução de produtos baseados em IA e outras soluções analíticas avançadas, em conformidade com os requisitos técnicos e estratégicos dos estudos conduzidos pelo CGEE.

A proposta contempla, não apenas o atendimento das demandas internas dos grupos técnicos e unidades de análise do CGEE, cujos projetos exigem elevada capacidade de processamento, segurança da informação e isolamento de dados, mas também viabiliza a oferta estruturada de serviços especializados em IA a instituições parceiras, órgãos governamentais e demais entidades do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) e está alinhada com a Política de Inovação do CGEE e ao seu Plano Diretor (2021-2030).

A infraestrutura pleiteada é crucial para que o CGEE possa atender aos requisitos de projetos que envolvam o uso de large language models (LLM) e small language models (SLM) para inferência e fine-tuning, desenvolvimento de agentes RAG (Retrieval Augmented Generation), de agentes de IA e treinamento de modelos de machine learning e deep learning em geral.

A instituição investirá na criação de modelos de linguagem destilados e especializados em contextos científicos, tecnológicos e nas normas internas do CGEE. Esses modelos serão empregados em associação com assistentes virtuais e agentes inteligentes, integrados aos instrumentos de gestão e ferramentas de análise e visualização de dados, o que ampliará a capacidade de análise do Centro para os patamares exigidos pelo atual paradigma.

Essas capacidades são essenciais para os casos de usos específicos de interesse do CGEE, como: prospecção tecnológica com agentes autônomos, simulação de tomada de decisão com agentes deliberativos, redação assistida de relatórios estratégicos e o desenvolvimento de assistentes global e local de conhecimento.

Tais aplicações também potencializarão as atividades dos observatórios temáticos desenvolvidos pelo CGEE ou dos quais participa, seus estudos para subsidiar políticas públicas em CT&I, planejamentos estratégicos relacionados a tecnologias críticas para o País, além do serviço de exploração de dados e visualização da informação, onde são desenvolvidas ferramentas e metodologias de análise de dados para os projetos do CGEE. Estas aplicações ampliarão a capacidade do CGEE em realizar demandas do SNCTI.

Este projeto é, portanto, um passo fundamental para a modernização tecnológica institucional do CGEE, capacitando-o para enfrentar os desafios contemporâneos da gestão estratégica em CT&I e a contribuir de forma ainda mais significativa para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil. E, viabilizando sua atuação como hub nacional de análise estratégica de dados e informações com uso de IA, o coloca em perfeita consonância com a missão institucional do CGEE e os objetivos do edital PROINFRA 2025.

Objetivo:	Objetivo Geral: Fortalecer a capacidade analítica e estratégica do CGEE mediante a implantação de uma infraestrutura de pesquisa em IA de alto desempenho, capacitando a instituição para o desenvolvimento, customização e aplicação de modelos e ferramentas avançadas. Essa estrutura permitirá ao CGEE subsidiar, com maior agilidade, precisão e segurança, os processos de formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas em CT&I, em consonância com sua missão institucional, as diretrizes do seu Plano Diretor (2021–2030) e os princípios da sua Política de Inovação. Objetivos Específicos: 1. Estabelecer uma e-infraestrutura de pesquisa robusta e escalável, composta por servidores de alto desempenho dotados de GPUs especializadas, CPUs multithread, RAM expandida e unidades de armazenamento de alta velocidade, para executar tarefas intensivas de processamento de grandes volumes de dados, simulação de cenários e desenvolvimento de LLMs e SLMs em ambiente seguro e integrado a bases de dados existentes no CGEE. 2. Permitir o desenvolvimento e a customização de modelos de linguagem especializados em contextos científicos, tecnológicos, normativos e institucionais. Isso permitirá a inferência automatizada sobre grandes bases documentais; o fine-tuning de modelos em conjuntos de dados internos e de domínio restrito; e a criação de agentes baseados em RAG. 3. Viabilizar o desenvolvimento e a aplicação de casos de uso de IA de interesse direto do CGEE, incluindo: - Prospecção Tecnológica com Agentes Autônomos para monitoramento contínuo de fontes científicas e tecnológicas; - Simulação de tomada de decisão com agentes deliberativos (LLM-MAS) para cenários políticos, orçamentários e tecnológicos; - Redação assistida (ou automática) de Relatórios Estratégicos para acelerar e qualificar a produção documental; - Criação de um Assistente global e local de conhecimento para apoio a analistas e pesquisadores. 4. Aprimorar as atividades dos observatórios temáticos do CGEE (OTE, OICS, OCTI, OTD, OBio, etc.), outros temas estratégicos e estudos de RH para CT&I, por meio da aplicação de IA para automação de coleta e análise de dados, identificação de tendências, e desenvolvimento de ferramentas de busca inteligente. 5. Expandir e modernizar a capacidade de provimento de serviços de análises de dados e desenvolvimento de ferramentas analíticas dos grupos de ciência e engenharia de dados (Serviço de Exploração de Dados e Visualização da Informação e Núcleo de Dados da Coordenação de Tecnologias da Informação e Comunicação) do Centro. 6. Promover a capacitação contínua da equipe técnica do CGEE nas novas tecnologias de IA, conforme a Política de Inovação (Art. 12, II e IV) e no Plano Diretor (Desenvolvimento Institucional). 7. Oferecer ao SNCTI uma plataforma de IA projetada para atender as necessidades específicas em Ciência, Tecnologia e Inovação. 8. Transformar o CGEE em um hub de informações estratégicas e processamento de dados em consonância com a soberania tecnológica, a serviços do SCNTI e do Estado Brasileiro.
Prazo de execução em meses:	36

Subprojetos Contemplados

Nº	Sigla	Título
1	CCIME-CGEE	Centro Computacional de IA para Modelagem Estratégica

Orçamento

	Nº subprojeto	Categoria econômica	Rubrica	Item	Fonte	Quantidade	Valor total
	1	Despesas de Capital	Equipamento e Material Permanente	Cluster de Firewall XGS 3100 [data lake]	FINEP	1	313.199,25

	Nº subprojeto	Categoria econômica	Rubrica	Item	Fonte	Quantidade	Valor total
			Nacional				
	1	Despesas de Capital	Equipamento e Material Permanente Nacional	PowerEdge R6615 Server BCC [IA]	FINEP	4	400.344,00
	1	Despesas de Capital	Equipamento e Material Permanente Nacional	N3248TE-ON, 48x1G, 4x10G SFP+, 2x100G QSFP28, 32GB, 1xAC PSU, IO/PS, OS10 [IA]	FINEP	1	104.318,00
	1	Despesas de Capital	Equipamento e Material Permanente Nacional	PowerEdge XE7745 [IA Trein/FT]	FINEP	1	2.707.656,00
	1	Despesas de Capital	Equipamento e Material Permanente Nacional	PowerEdge R7625 Server, BCC [IA Prod]	FINEP	1	942.668,00
	1	Despesas de Capital	Equipamento e Material Permanente Nacional	PowerSwitch Z9432F-ON, 32 x 400GbE QSFP56-DD ports, IO to PSU air, 2x AC PSU [IA]	FINEP	2	682.082,00
	1	Despesas de Capital	Equipamento e Material Permanente Nacional	PowerScale F210 (40Tib) [IA P&D]	FINEP	1	580.893,75
	1	Despesas de Capital	Equipamento e Material Permanente Nacional	Precision 3680 Tower [estações de trabalho]	FINEP	17	668.151,00
	1	Despesas de Capital	Equipamento e Material Permanente Nacional	Mobile Precision 5690 [estações de trabalho]	FINEP	5	266.145,00
	1	Despesas de Capital	Equipamento e Material Permanente Nacional	PowerStore 500T Dell Rack, BCC [data lake]	FINEP	1	844.111,00
	1	Despesas de Capital	Equipamento e Material Permanente Nacional	PowerEdge R660xs – 1TB RAM [data lake]	FINEP	5	1.594.970,00
	1	Despesas de Capital	Equipamento e Material Permanente Nacional	Tela Interativa DIGISONIC EDU 65 com Suporte Móvel DIGISONIC [IA P/D]	FINEP	2	31.001,80
	1	Despesas de Capital	Equipamento e Material Permanente Nacional	PowerEdge R7625 Server, BCC [IA P&D]	FINEP	1	942.668,00
	1	Despesas de Capital	Equipamento e Material Permanente Nacional	MACBOOK AIR 13 CHIP M4 CPU 10C GPU 10C MEMÓ- RIA UNIFICADA 16GB 512GB SSD PRATA MW0X3BZ/A [estações de trabalho]	FINEP	10	138.990,00
	1	Despesas de Capital	Equipamento e Material Permanente Nacional	MACBOOK PRO 14 CHIP M4 PRO CPU 12C GPU 16C, 24GB, 512GB SSD SPACE BLACK MX2H3BZ/A [divulgação]	FINEP	4	87.144,00
	1	Despesas de Capital	Equipamento e Material Permanente Nacional	MAGIC MOUSE WHITE MXK53BE/A [divulgação]	FINEP	2	1.650,00

	Nº subprojeto	Categoria econômica	Rubrica	Item	Fonte	Quantidade	Valor total
	1	Despesas de Capital	Equipamento e Material Permanente Nacional	IMAC 24 SLV 10CPU 10CGPU 32GB 1TB M4 CHIP Z1K10009A [divulgação]	FINEP	4	89.900,00
	1	Despesas de Capital	Equipamento e Material Permanente Nacional	TELA DIGITAL INTERATIVA TDI 9875 INTELBRAS [IA P&D]	FINEP	2	75.020,00
	1	Despesas de Capital	Equipamento e Material Permanente Nacional	Dell Pro Max Tower T2 FCT2250 [estações de trabalho]	FINEP	5	344.240,00
	1	Despesas de Capital	Equipamento e Material Permanente Nacional	Rack APC NetShelter SX 42U [data lake]	FINEP	1	43.370,00
	1	Despesas de Capital	Equipamento e Material Permanente Nacional	Rack APC NetShelter SX 42U [IA]	FINEP	1	43.370,00
	1	Despesas de Capital	Equipamento e Material Permanente Nacional	PowerProtect DD6410 (100TB) [data lake]	FINEP	1	785.509,00
	1	Despesas de Capital	Equipamento e Material Permanente Nacional	PowerSwitch S5248F [data lake]	FINEP	1	169.508,00
	1	Despesas de Capital	Equipamento e Material Permanente Nacional	PowerScale F210 (40Tib) [IA Trein/FT]	FINEP	1	580.893,75
	1	Despesas de Capital	Equipamento e Material Permanente Nacional	PowerScale F210 (40Tib) [IA prod]	FINEP	2	1.161.787,50
	1	Despesas de Capital	Equipamento e Material Permanente Importado	Base Questel de patentes	FINEP	1	1.093.469,00
	1	Despesas Correntes	Outros Serviços PJ - Despesas Acessórias de Importação	-	FINEP		0,00
	1	Despesas Correntes	Outros Serviços PJ - Despesas para Elaboração de Projeto Executivo	-	FINEP		0,00
	1	Despesas Correntes	Outros Serviços PJ - DOA	-	FINEP		0,00
Total							14.693.059,05

Cronogramas de Desembolso

Meses das parcelas:

Parcela	Mês
1	1

CRONOGRAMA - Fonte Finep

	Parcela	Despesas correntes	Despesas de capital	Total (R\$)
	1	0,00	14.693.059,05	14.693.059,05
Total		0,00	14.693.059,05	14.693.059,05

CRONOGRAMA - Outras Fontes

	Fonte	Parcela	Despesas correntes	Despesas de capital	Total (R\$)
	Executor - CGEE	1	0,00	0,00	0,00
	Proponente - CGEE	1	0,00	0,00	0,00
	Rendimento	1	0,00	0,00	0,00
Total			0,00	0,00	0,00

Cronograma de Execução Unificado

Cronograma Físico

Meta Física: 1 - CCIME-CGEE - Infraestrutura do CCIME

Atividade	Detalhe	Indicador Físico	Mês Início	Mês Fim	Progresso
Validação/Atualização da Especificação de Servidores Convencionais (DC)	Validação/Atualização da Especificação de Servidores Convencionais (DC)	Especificação de Servidores Convencionais atualizada	1	2	Não Iniciado
Validação/Atualização da Especificação de Equipamentos para Plataforma de Pesquisa e Desenvolvimento	Validação/Atualização da Especificação de Equipamentos para Plataforma de Pesquisa e Desenvolvimento	Especificação de Equipamentos para Plataforma de Pesquisa e Desenvolvimento atualizada	1	2	Não Iniciado
Validação/Atualização da Especificação de Equipamentos para Plataforma de Treinamento/Fine Tuning	Validação/Atualização da Especificação de Equipamentos para Plataforma de Treinamento/Fine Tuning	Especificação de Equipamentos para Plataforma de Treinamento/Fine Tuning atualizada	1	2	Não Iniciado
Validação/Atualização da Especificação de Equipamentos para o Plataforma de Produção	Validação/Atualização da Especificação de Equipamentos para o Plataforma de Produção	Especificação de Equipamentos para o Plataforma de Produção atualizada	1	2	Não Iniciado
Validação/Atualização da Especificação de Equipamentos Utilizados pelos Pesquisadores (WKS/NB/Mac)	Validação/Atualização da Especificação de Equipamentos Utilizados pelos Pesquisadores (WKS/NB/Mac)	Especificação de Equipamentos Utilizados pelos Pesquisadores (WKS/NB/Mac) atualizada	1	2	Não Iniciado
Validação/Atualização da Especificação da Base de Dados a ser utilizada nas Plataformas Treinamento	Validação/Atualização da Especificação da Base de Dados a ser utilizada nas Plataformas de Treinamento/Fine-Tuning/Produção	Especificação da Base de Dados a ser utilizada nas Plataformas de Treinamento/Fine-Tuning/Produção atualizada	1	2	Não Iniciado
Seleção de Fornecedores/Aquisição	Seleção de Fornecedores/Aquisição	Fornecedores contratados	3	12	Não Iniciado
Instalação/Montagem dos Equipamentos / Transferência de Tecnologia	Instalação/Montagem dos Equipamentos / Transferência de Tecnologia	Equipamentos instalados e equipe pronta para operá-los	13	18	Não Iniciado
Elaboração e Testes de Casos de Uso na Plataforma de Pesquisa e Desenvolvimento	Elaboração e Testes de Casos de Uso na Plataforma de Pesquisa e Desenvolvimento	Casos de Uso na Plataforma de Pesquisa e Desenvolvimento testados	19	24	Não Iniciado
Produção, Calibração e Homologação de Modelos de Inteligência Artificial na Plataforma Treinamento	Produção, Calibração e Homologação de Modelos de Inteligência Artificial na Plataforma de Treinamento/Fine Tuning	Modelos de Inteligência Artificial na Plataforma de Treinamento/Fine Tuning homologados	25	30	Não Iniciado
Disponibilização de Produtos de Inteligência Artificial em Plataforma de Produção	Disponibilização de Produtos de Inteligência Artificial em Plataforma de Produção	Produtos de Inteligência Artificial em Plataforma de Produção disponíveis	31	36	Não Iniciado

Resultados esperados

Resultados esperados:

Subprojeto	Resultado	Grau de novidade
------------	-----------	------------------

1180/25 - Infraestrutura para Inteligência Estratégica em CT&I

Cadastro SIAFI

Dados Financeiros

empenhos

Notas de empenho ou de crédito:

PTRes (Programa de Trabalho Resumido)	Natureza da despesa	Fonte de recurso detalhada	Nº da nota	Data de emissão	Valor	Valor já utilizado	Documento hábil (desvinculado)
--	------------------------	-------------------------------	------------	-----------------	-------	--------------------	-----------------------------------

Dados SIAFI

Dados do Projeto

Demanda:	CARTA CONVITE MCTI/FINEP/FNDCT– INFRAESTRUTURA DE PESQUISA – UNIDADES VINCULADAS AO MCTI 2025
Objetivo:	Objetivo Geral: Fortalecer a capacidade analítica e estratégica do CGEE mediante a implantação de uma infraestrutura de pesquisa em IA de alto desempenho, capacitando a instituição para o desenvolvimento, customização e aplicação de modelos e ferramentas avançadas. Essa estrutura permitirá ao CGEE subsidiar, com maior agilidade, precisão e segurança, os processos de formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas em CT&I, em consonância com sua missão institucional, as diretrizes do seu Plano Diretor (2021–2030) e os princípios da sua Política de Inovação. Objetivos Específicos: 1. Estabelecer uma e-infraestrutura de pesquisa robusta e escalável, composta por servidores de alto desempenho dotados de GPUs especializadas, CPUs multithread, RAM expandida e unidades de armazenamento de alta velocidade, para executar tarefas intensivas de processamento de grandes volumes de dados, simulação de cenários e desenvolvimento de LLMs e SLMs em ambiente seguro e integrado a bases de dados existentes no CGEE. 2. Permitir o desenvolvimento e a customização de modelos de linguagem especializados em contextos científicos, tecnológicos, normativos e institucionais. Isso permitirá a inferência automatizada sobre grandes bases documentais; o fine-tuning de modelos em conjuntos de dados internos e de domínio restrito; e a criação de agentes baseados em RAG. 3. Viabilizar o desenvolvimento e a aplicação de casos de uso de IA de interesse direto do CGEE, incluindo: - Prospecção Tecnológica com Agentes Autônomos para monitoramento contínuo de fontes científicas e tecnológicas; - Simulação de tomada de decisão com agentes deliberativos (LLM-MAS) para cenários políticos, orçamentários e tecnológicos; - Redação assistida (ou automática) de Relatórios Estratégicos para acelerar e qualificar a produção documental; - Criação de um Assistente global e local de conhecimento para apoio a analistas e pesquisadores. 4. Aprimorar as atividades dos observatórios temáticos do CGEE (OTE, OICS, OCTI, OTD, OBio, etc.), outros temas estratégicos e estudos de RH para CT&I, por meio da aplicação de IA para automação de coleta e análise de dados, identificação de tendências, e desenvolvimento de ferramentas de busca inteligente. 5. Expandir e modernizar a capacidade de provimento de serviços de análises de dados e desenvolvimento de ferramentas analíticas dos grupos de ciência e engenharia de dados (Serviço de Exploração de Dados e Visualização da Informação e Núcleo de Dados da Coordenação de Tecnologias da Informação e Comunicação) do Centro. 6. Promover a capacitação contínua da equipe técnica do CGEE nas novas tecnologias de IA, conforme a Política de Inovação (Art. 12, II e IV) e no Plano Diretor (Desenvolvimento Institucional). 7. Oferecer ao SNCTI uma plataforma de IA projetada para atender as necessidades específicas em Ciência, Tecnologia e Inovação. 8. Transformar o CGEE em um hub de informações estratégicas e processamento de dados em consonância com a soberania tecnológica, a serviços do SCNTI e do Estado Brasileiro.
Parecer sobre a elegibilidade:	Os critérios de habilitação previstos no item 9.1.1 do Edital foram atendidos.
RES/DIR:	205/2025
Data da RES/DIR:	23/09/2025 - 23SET2025
DEC/DIR:	NR/DEC/DIR/288/2025
Data da DEC/DIR:	23/09/2025
Tipo de instrumento contratual:	Convênio
Nº do instrumento contratual:	
Data da publicação no DOU:	
Nº SIAFI da transferência:	

Ação orçamentária:

2095
20i4

Plano interno:

2095T032A23
20i4T032A23

Dados da Proponente

Razão social:	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Sigla:	CGEE
CNPJ:	04.724.690/0001-82
UF:	DF
Município:	Brasília
Logradouro:	SCS Quadra 9, Torre C, 4º andar
Número:	s/n
Complemento:	Edifício Parque Cidade Corporate
Bairro:	Setor Comercial Sul
CEP:	70308-200
Natureza jurídica:	Associação Privada

Representante legal:

CPF	Nome	Logradouro	Nº	Complemento	Bairro	Município	UF	CEP	Telefones
204.240.867-00	Fernando Cosme Rizzo Assuncao								

Ordenador de despesas:

CPF	Nome	Logradouro	Nº	Complemento	Bairro	Município	UF	CEP	Telefones
-----	------	------------	----	-------------	--------	-----------	----	-----	-----------

Dados SIAFI:

UG:	
Gestão:	
UGR:	

Valores

Valor do projeto:	14.693.059,05
Valor financiado:	14.693.059,05
Valor da contrapartida:	0,00

Cronograma financeiro - Finep:

	Parcela	Prazo estimado (em dias)	Despesas correntes	Despesas de capital	Valor Finep	Percentual total
	1	0	0,00	14.693.059,05	14.693.059,05	100,00

	Parcela	Prazo estimado (em dias)	Despesas correntes	Despesas de capital	Valor Finep	Percentual total
Total			0,00	14.693.059,05	14.693.059,05	

1180/25 - Infraestrutura para Inteligência Estratégica em CT&I

Equipe do Projeto

Equipe Científica e de Apoio

Coordenador Geral

Coordenador geral do projeto:	CPF: 204.240.867-00 Nome: Fernando Cosme Rizzo Assuncao
-------------------------------	--

Histórico de alterações do coordenador geral:

CPF	Nome	Data de efetivação
204.240.867-00	Fernando Cosme Rizzo Assuncao	23/04/2025

Subprojetos

Sigla:	CCIME-CGEE
Título:	Centro Computacional de IA para Modelagem Estratégica

Membros da equipe:

CPF	Nome completo	Função no subprojeto	Máxima formação	Tempo de dedicação (h/semana)
320.246.816-20	EDUARDO AMADEU DUTRA MORESI	Coordenador de subprojeto	Doutor	20
379.549.701-91	Kilma Gonçalves Cezar	Pesquisador	Doutor	40
100.876.484-15	Anderson Stevens Leonidas Gomes	Pesquisador	Doutor	40
089.404.387-01	Caetano Christophe Rosado Penna	Pesquisador	Doutor	40
147.015.371-87	Thyrso Villela Neto	Pesquisador	Doutor	40
306.661.888-90	Caroline Nascimento Pereira	Pesquisador	Doutor	40
863.001.489-04	César Augusto Costa	Pesquisador	Doutor	40
418.062.041-34	Sofia Cristina Adjuto Daher Aranha	Pesquisador	Doutor	40
204.240.867-00	Fernando Cosme Rizzo Assunção	Pesquisador	Doutor	40
626.412.474-53	Jackson Max Furtunato Maia	Pesquisador	Doutor	40